



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570523 - SP (2020/0079557-6)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DIELEN CATANIO DE SOUZA
ADVOGADO : DIELEN CATANIO DE SOUZA - SP416677
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GABRIEL DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de GABRIEL DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2014129-78.2020.8.26.0000).

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Criminais revogou o livramento condicional, sob fundamento de descumprimento das medidas impostas ao sentenciado (e-STJ, fl. 21).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o TJSP, que negou provimento ao recurso, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 31):

“Habeas Corpus” impetrado contra decisão que revogou o livramento condicional sob o fundamento de descumprimento das medidas impostas. Decisão hostilizada proferida em sede de execução penal e que desafia recurso de agravo (artigo 197, da LEP). “Habeas corpus” que se mostra remédio processual inadequado. Ordem não conhecida.

Nesta impetração, a defesa aduz que a decisão que revogou o livramento condicional é indevida e ilegal, “já que se trata de uma decisão facultativa, haja vista o Paciente, por desleixo, não avisou o juízo que seu trabalho excedia o horário permitido, uma vez que possui família que carece de seu sustento, bem como filha menor” (e-STJ, fl. 8).

Alega, também, que a decisão proferida pelo Juízo das Execuções Criminais contraria o entendimento desta Corte Superior, uma vez que nos termos do enunciado da Súmula n. 441 do Superior Tribunal de Justiça, a prática de falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional (e-STJ, fls. 8/12).

Sustenta ser “inconstitucional não só a revogação da remição já deferida (até mesmo porque, aqui, teríamos também uma ofensa ao princípio do duplo grau de jurisdição), como, ademais, o reconhecimento da perda dos dias remidos e não declarados em juízo” (e-STJ, fl.15).

Afirma que a “perda da remição significa maior tempo de pena privativa de liberdade. E toda imposição de pena privativa de liberdade somente pode advir da prática de infração penal, assegurado devido processo, pelas vias judiciais” (e-STJ, fl. 16).

Reforça, por fim, que representaria *bis in idem* a imposição simultânea de regressão de regime e a perda dos dias remidos, para presos dos regimes semiaberto ou aberto (e-STJ, fl. 16).

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão, com o devido restabelecimento da benesse do livramento condicional.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus* não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial para os casos de manifesta ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado que justifique o deferimento da medida de urgência.

No caso, o Tribunal, ao não conhecer do *writ* lá impetrado, consignou, *litteris* (e-STJ, fl. 33):

Com efeito a decisão hostilizada (fls. 24) encontra-se fundamentada, pontuando o descumprimento, pelo paciente, de condição imposta no livramento condicional, situação que, em linha de princípio, autoriza a revogação do benefício, nos termos do artigo 87, do Código Penal.

De notar que o magistrado analisou a situação e expressamente não acolheu a justificativa apresentada.

Urge tem em conta que o “habeas corpus” constitui ação de rito sumaríssimo, em que a cognição é estreita, de sorte a não se afigurar instrumento processual adequado quando o desate da questão reclame o exame aprofundado de provas e fatos, conforme tem assentado a doutrina.

[...] Na realidade a questão sobre a juridicidade ou não da revogação do livramento reclama uma análise detida das circunstâncias do caso, o que vai para além do âmbito de conhecimento do “habeas corpus”. Trata-se de tema a ser discutido em sede de agravo, em que a cognição é mais ampla.

Ante o exposto não conheço da ordem

Como se vê, em princípio, houve motivo idôneo para a revogação do livramento condicional.

No que concerne à interrupção do prazo para fins de livramento, remição e regressão de regime, a autoridade coatora nada mencionou sobre os referidos assuntos, o que impede uma análise direta por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, a medida antecipatória postulada confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Devidamente instruído o feito, dispensei as informações de praxe.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca
Relator